

Em 2010, o Brasil em processo de internacionalização dos recursos naturais*

Maria Domingues Benetti**

Economista da FEE

“Estou convencido de que a terra será um dos melhores investimentos do nosso tempo.”

George Soros (junho de 2009)

Este texto trata do processo, em franco desenvolvimento, de aquisição de recursos naturais brasileiros por grupos empresariais, fundos de pensão e fundos soberanos (estatais) estrangeiros, fornecendo evidências a respeito do assunto e contextualizando-o dentro dos quadros econômicos nacional e mundial em que surgiu e se desenvolve.

Está inserido no debate que ocorre em âmbitos doméstico e internacional, por conta de instituições — como a ONG espanhola GRAIN, a nacional Limite da Terra e o Banco Mundial — e de personalidades — como o ex-Ministro Delfim Netto. A motivação desses atores é alertar sobre as sérias implicações, de ordens social, ambiental e política, que decorrem da tomada de recursos naturais em grande escala por estrangeiros e os riscos assim colocados para a própria soberania das nações. São tais riscos que tornam vital a manutenção do controle dos Estados sobre o processo e a sua associação a uma estratégia nacional de desenvolvimento.

1 Antecedentes: o tema no meio ambiente econômico nacional e no mundial de 2000 a 2010

O período compreendido entre os anos 2002 e 2008 caracterizou-se por um forte *boom* nos preços dos

mercados internacionais das *commodities* primárias. Representou uma alta de preços sem paralelo, em muitas décadas, nos mercados de energia, de minérios e de alimentos e que foi bruscamente interrompida pela profunda crise financeira mundial instalada na segunda metade de 2008 (Gráfico 1).

Tal processo beneficiou particularmente o Brasil, com suas reservas abundantes de recursos naturais, de terras para exploração agropecuária com base em grandes propriedades, de minérios e de fontes de bioenergia e de energia fóssil. A disponibilidade local de conhecimentos técnicos e empresariais configurou outro elemento que atuou favoravelmente nesse sentido. São fatores dessa ordem que habilitaram o País a responder, rápida e expressivamente, ao incremento da demanda — e a seus reflexos em termos da já comentada alta dos preços —, conforme demonstram os dados da evolução das exportações brasileiras de alimentos e de matérias-primas em geral para o resto do mundo.¹

O excepcional aumento dos preços dos alimentos (afetando produtos importantes da cesta básica de consumo da população, como o trigo, o milho, o arroz e os óleos vegetais) favoreceu muito o País, assim como ocorreu com outros exportadores de *commodities* (a Argentina e o Uruguai são dois exemplos notórios). Por outro lado, em âmbito mundial, provocou uma crise de alimentos, afetando principalmente países pobres e endividados e importadores líquidos de alimentos, como as nações da África em geral, as do Caribe e as da Oceania (UNCTAD, 2008). A alta sustentada de preços, combinada à crise econômica global de 2008, fez crescer ainda mais o número de pessoas que passam fome no mundo. Tomando-se o ano de 2006 como base e o de 2009 como limite, calcula-se que entre 109 milhões e 126 milhões de pessoas caíram abaixo da linha de pobreza nesse período (UNCTAD, 2009).

A elevação dos preços dos alimentos, da energia e das matérias-primas minerais em geral, durante a primeira década do século XXI, esteve associada, conforme já mencionado, a um aumento extraordinário da demanda mundial por fatores básicos, tendo sido alavancada pelo

* Revisora de Língua Portuguesa: Susana Kerschner. Artigo recebido em 04 nov. 2010.

O processo está sendo chamado, alternativamente, de “neocolonialismo” e “neogrilagem” por quem vem dedicando-se ao assunto.

** E-mail: benetti@fee.tche.br

A autora agradece a Ricardo Brinco a leitura crítica do texto.

¹ Foi tamanha a incidência do fenômeno que a pauta de exportações brasileira passou a assemelhar-se, nesse aspecto, à de uma típica economia primário-exportadora.

crescimento excepcionalmente dinâmico das economias da China e da Índia. A forte industrialização, a urbanização crescente e as necessidades colocadas pela expansão da infraestrutura indispensável para acompanhar processos de tal magnitude foram, de fato, altamente exigentes no uso de energia e de matérias-primas (UNCTAD, 2008 e 2009).²

Ainda no que se refere aos anos de crise de alimentos (2007-08) e de aumento dos preços, cabe lembrar a incidência de outros fatores determinantes. Entre esses, têm destaque o da redução do ritmo de expansão da produção global de alimentos, por conta da também diminuição no crescimento das colheitas e das terras cultivadas, bem como o da elevação dos custos de transporte das mercadorias, pela alta dos preços dos combustíveis. Pode-se citar ainda a interferência de um motivo de outra ordem, associado à precaução que motivou governos e particulares à formação de estoques, com base em previsões inflacionárias e em ameaças de desabastecimento.

Na verdade, esse é um quadro fértil para o surgimento de atividades especulativas. E a especulação não demorou, efetivamente, a se instalar, a partir da atuação dos investidores financeiros, que — percebendo as possibilidades de tirar vantagens da alta dos preços dos alimentos e das matérias-primas em geral — reajustaram seus portfólios de ativos, incluindo mais posições em contratos futuros de mercadorias.

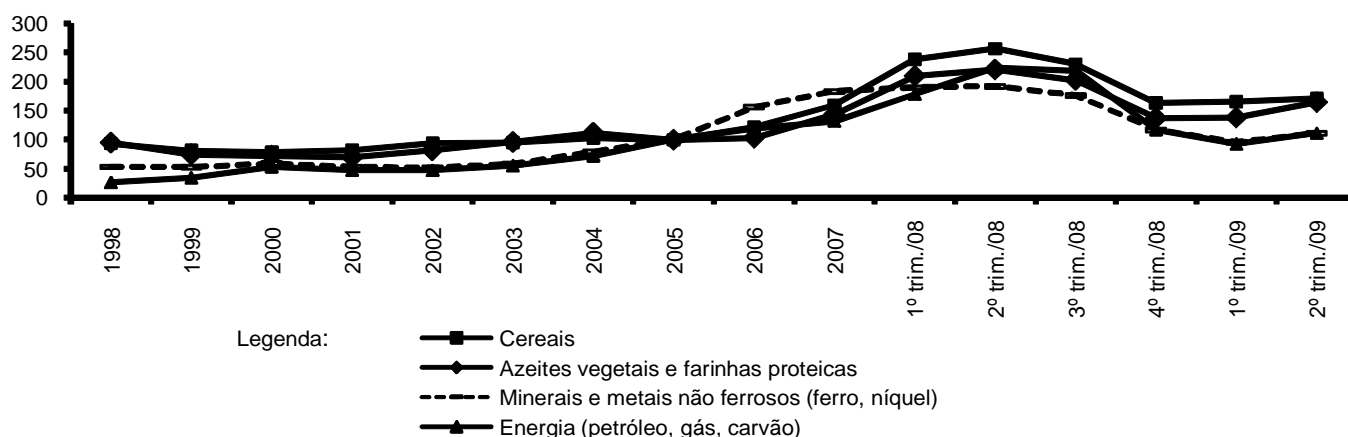
Aliás, nesse aspecto, é interessante lembrar que a onda recente de aumento dos preços é contemporânea à desordem financeira resultante da expansão dos empréstimos hipotecários de alto risco nos Estados Unidos (UNCTAD, 2008).

Mas o aumento dos preços das *commodities* primárias — fruto do fortalecimento da demanda física por minerais, alimentos e energia, do *hedge* contra a inflação e contra a desvalorização do dólar e da forte especulação financeira com as *commodities* — teve outra consequência importantíssima. Serviu para chamar a atenção do mundo, mais uma vez, para a disponibilidade relativamente limitada dos recursos naturais no planeta — isto é, de terra agricultável, de água, de minérios e de fontes de energia — e para a vulnerabilidade dos países fortemente dependentes das importações desse tipo de mercadorias.

Também aqui a especulação financeira deve jogar um papel fundamental, pois a crise de 2008 colocou os agentes detentores de recursos financeiros líquidos diante de um quadro restrito de alternativas para os investimentos, tornando os ativos naturais fixos uma opção — por natureza, mais segura — nos tempos conturbados de agora. Em outras palavras, eles passaram a trocar posições em *commodities* por posições em ativos fixos naturais, que se tornam, também, assim como as primeiras, ativos financeiros (ver Box 1 no Anexo).

Gráfico 1

Índices dos preços médios de exportação dos produtos primários básicos no mundo — 1998-2009



FONTE: STATISTIC DATABASE. WTO. In: PRICE STAT. Disponível em: <<http://faostat.fao.org>>. Acesso em: set. 2010.
NOTA: Os índices têm como base 2005 = 100.

² Veja-se que a China e a Índia possuem 40% da população do planeta e apenas 14% das terras cultiváveis, sendo que já utilizam a quase totalidade de suas terras e águas.

2 Evidências sobre a onda de aquisições de recursos naturais nos âmbitos global e nacional

Antes de mais nada, cabe uma nota sobre as dificuldades de se contar com informações que evidenciem a magnitude do fenômeno em causa, nos âmbitos global e nacional. O problema é compreensível, tendo em conta que os governos e os agentes privados não têm interesse na divulgação desse tipo de informação.

No Brasil, até 13 de julho de 2010, o marco legal e processual que regia o processo de aquisição de terras por estrangeiros colocava esse tipo de transação fora do controle da União, uma vez que os cartórios de registro de imóveis não estavam obrigados a informar aos órgãos públicos competentes, no caso, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), vinculado ao Ministério de Desenvolvimento Agrário, as compras de terras efetuadas pelos mesmos.³ Foi só a partir da data referida que os cartórios foram obrigados a enviar ao INCRA a “relação das aquisições⁴ de áreas rurais por estrangeiros, aí inclusas as empresas brasileiras com participação estrangeira majoritária, inclusive pessoas físicas, quando casadas ou em união estável com estrangeiro em comunhão de bens”.⁵

Além disso, é preciso ter-se presente que, segundo declarações do próprio INCRA, as informações do cadastro do Serviço Nacional de Cadastramento Rural (SNCR) estão incompletas, na medida em que o mesmo é montado com base em declarações dos proprietários, isto é, tem um caráter meramente declaratório. Os proprietários não informam o que produzem, nem a origem do dinheiro utilizado na aquisição dos imóveis.

Sejam as razões que forem, o fato é que, hoje, na prática, não se sabe a quantidade real de terras brasileiras

que está em mãos de estrangeiros, sejam pessoas físicas, sejam jurídicas, nem quem são eles, e, muito menos, sob que forma jurídica se apropriaram das mesmas.

Nesse estudo, adota-se o procedimento de trabalhar com informações reunidas por distintas organizações não governamentais, focadas no exame do fenômeno em escala mundial (salientando-se a contribuição da organização espanhola GRAIN e a do Banco Mundial⁶). No caso do Brasil, procura-se complementá-las com notícias publicadas em jornais, principalmente no **Valor Econômico** e no **Estado de São Paulo**. Sabe-se que elas representam uma amostra do fenômeno. Ainda assim, servem para alertar sobre o processo e, também, ilustrar as formas institucionais de acesso aos recursos naturais assumidas pelas atividades dos estrangeiros no País e quais são os recursos envolvidos nas transações.

2.1 Onde? Quanto? Quem?

O comportamento do mercado das *commodities* e a evolução da economia global contribuíram para levar a uma busca frenética por recursos naturais em âmbito mundial, diretamente sob a forma de aquisições e arrendamentos e indiretamente através de contratos de produção com produtores locais. Dentre os compradores, salientam-se as aquisições realizadas por governos de vários países, de forma direta ou através de instituições por eles utilizadas para atingir tal objetivo.

No que diz respeito ao recurso “terra cultivável” e à disponibilidade de águas a ele associado, o Banco Mundial (2010) publicou, em setembro do corrente ano, um relatório (**Rising Global Interest in Farmland: Can It Yield Sustainable and a Equitable Benefits?**) Nele, é examinado o crescente movimento de aquisições de terras em grande escala por estrangeiros nos países em desenvolvimento. Houve um interesse especial no exame daqueles dotados de governos e instituições não muito estáveis, com as preocupações estendendo-se ao que estava ocorrendo em muitos países africanos, no Leste Europeu e na Ásia. Quais seriam os riscos sociais e ambientais possíveis em tal contexto? Qual seria a capacidade desses países de integrarem esse tipo de investimentos em suas estratégias nacionais de desenvolvimento geral e rural? Qual seria sua capacidade de manter a governabilidade?

³ Essa situação foi criada pela **Constituição de 1988**, que, ao tratar da matéria, o fez de tal forma que levou a interpretações no sentido de que estavam revogadas as distinções entre as empresas brasileiras e as empresas brasileiras com participação estrangeira.

⁴ Incluindo, na obrigatoriedade, os arrendamentos.

⁵ Ver a esse respeito, PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS — CORREGEDORIA 0002981-80.2010.2.00.0000. Requerente: Ministério Público Federal — 5ª Câmara de Coordenação e Revisão — Patrimônio Público e Social. Disponível em: <<http://farmlandgrab.org/wp-content/uploads/2010/07/>>. Acesso em: 20 out. 2010.

⁶ As dificuldades na obtenção de dados levaram o próprio Banco Mundial a utilizar as informações da GRAIN como base para a realização de sua pesquisa de campo. Ver, nesse sentido, o site <<http://www.farmlandgrab.org>>.

As preocupações eram também alimentadas pelo que, tudo indicava, viria a formar uma segunda onda de aquisições, desenvolvendo-se esta em terras latino-americanas e caribenhas. É preciso ter-se presente que, do total de 446 milhões de hectares de terras disponíveis para o cultivo em âmbito global, o primeiro lugar reverte aos países da África subsaariana (Moçambique, Angola, Sudão, como exemplos), com 45,2% do total mundial. O segundo maior estoque de terras potencialmente aptas ao cultivo pertence à América Latina e ao Caribe, com 27,7% do total mundial.

Em resumo, de acordo com o Relatório (Banco Mundial, 2010), apenas a África e a América Latina dispõem, em conjunto, de quase três quartos da capacidade de expansão da agricultura no mundo. Estão com eles as últimas e importantes fronteiras agrícolas mundiais, para não falar dos estoques de reservas hídricas, de minérios e de petróleo.

Tudo indica que a América Latina (em especial, o Brasil) seja o alvo privilegiado dos investidores nos próximos anos. Assim, dos 464 projetos de investimentos identificados no ano de 2009, 21% deles referem-se ao Brasil e à Argentina.⁷ A preferência pelo Brasil explica-se pela maior segurança institucional oferecida, comparativamente aos países africanos, e pela falta, até o presente, de um marco regulatório para a compra de recursos naturais por estrangeiros.

Apenas entre outubro de 2008 e junho de 2009, foram contabilizados 463 casos de aquisições de terra em âmbito mundial, cobrindo, pelo menos, 46,6 milhões de hectares. A maioria teve lugar na África subsaariana, ocorrendo no curto período de nove meses. É claro que a aquisição de terras em tais proporções, principalmente na África, e em tão pouco tempo só poderia ocorrer em condições onde imperam governos e instituições débeis, em que “[...] é comum a ausência de proteção legal para as comunidades locais”, quer dizer, “[...] onde o governo não atua firmemente no reconhecimento dos direitos de quem vive nestas terras” (UNCTAD, 2009).

Observe-se que os maiores investidores em terras, em âmbito global, são a China, os Estados do Golfo e a Coreia do Sul. Os países-alvo, por sua vez, foram principalmente os da África, mas foram também registradas aquisições importantes no Paquistão, no Cazaquistão, no Camboja e no Brasil.

No que respeita especificamente ao Brasil, os dados divulgados pelo INCRA, em junho de 2010, dão conta de que mais de 4 milhões de hectares estão em mãos de estrangeiros. Os imóveis rurais de propriedade estrangeira

estão distribuídos por todo o Brasil, destacando-se os números apresentados pelos Estados do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul, de São Paulo, de Minas Gerais, da Bahia, do Paraná, de Goiás, do Pará e do Amazonas.⁸

Funcionários do INCRA admitem que o número de propriedades e a área por eles ocupada pode ser até cinco vezes maior do que revelado pelos dados divulgados. Se for efetivamente assim, então faltaria pouco para os estrangeiros comprarem, no Brasil, uma área equivalente à do Estado do Rio Grande do Sul (considerando-se que, nesse caso, há aproximadamente 25 milhões de hectares ocupados pela agricultura).

De qualquer modo, observando os dados parciais disponibilizados pelo Instituto, chama atenção a concentração das aquisições em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Minas Gerais, uma vez que os preços das terras nesses estados devem ser mais elevados do que os praticados, por exemplo, no Piauí, em Tocantins, no Maranhão e no Amazonas, a chamada região Mapito. Só Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, em conjunto, detêm 30% do total referido.⁹

Provavelmente, isso se deve ao fato de que a agropecuária e as vias de escoamento da produção nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste estão muito mais consolidadas, envolvendo menos investimentos para colocar a terra em produção e menos gastos de circulação, como transporte e armazenagem.

Outro fato que chama atenção é o tamanho médio das propriedades adquiridas. Ela atinge 126,5 hectares, 1,85 vez superior ao valor encontrado para o Brasil, de 68,2 hectares (IBGE, 2009). E é muitas vezes superior à média nacional, chegando a ser 11, 10, e nove vezes superior nos estados de expansão da fronteira agrícola nos cerrados brasileiros. Em quase todos esses estados ela é, ainda, superior à das áreas médias dos estabelecimentos agrícolas da Região Centro-Oeste, estimada em 312,8 hectares (IBGE, 2009). Esses dados permitem deduzir que a ocupação das terras pelo capital internacional está ocorrendo sob a forma de grandes propriedades em relação aos parâmetros nacionais.

⁸ Ver, a respeito, CAMPANHA NACIONAL... (2010a).

⁹ Apenas para fins ilustrativos, veja-se que somente o Mato Grosso teria quase 900.000ha de terras em mãos de estrangeiros, que seriam cidadãos dos países árabes, dos Estados Unidos, da China, do Japão, da Coreia e de diversas nações europeias, realizando a exploração de grãos, de cana-de-açúcar e de algodão, além do eucalipto para a indústria de celulose (CAMPANHA NACIONAL..., 2010a).

⁷ Ver, a esse respeito, CAMPANHA NACIONAL... (2010).

Tabela 1

Imóveis cadastrados em nome de estrangeiros,
por estados, no Brasil — 2010

ESTADOS E TOTAL	TOTAL DE IMÓVEIS CADASTRADOS EM NOME DE ESTRANGEIROS	TOTAL DE ÁREA CADASTRA- DA (ha)	ÁREA MÉDIA (ha)
TOTAL	34 371	4 348 809	126,53
AM	307	232 021	755,77
PI	82	58 770	716,71
MT	1 229	844 027	686,76
MS	781	473 325	606,05
TO	181	109 517	605,07
AC	26	13 799	530,73
RR	66	27 729	420,14
AP	15	6 228	415,20
MA	184	70 135	381,17
GO	843	230 629	273,58
RO	119	29 242	245,73
PA	1 143	235 628	206,15
MG	2 639	491 548	186,26
BA	2 192	368 888	168,29
RN	128	20 806	162,55
AL	101	13 577	134,43
CE	401	34 734	86,62
ES	304	19 770	65,03
RS	1 895	113 801	60,05
PR	5 130	299 061	58,30
SE	81	3 439	42,46
SC	1 290	54 605	42,33
RJ	2 110	85 284	40,42
SP	12 291	491 437	39,98
PB	248	6 828	27,53
PE	368	9 667	26,27
DF	217	4 314	19,88

FONTE: CAMPANHA NACIONAL PELO LIMITE DA PROPRIEDADE DA TERRA. Disponível em:
<<http://www.limitedaterra.org.br/noticias.php>>. Acesso em:
29 jul. 2010a.

de investimento privados, empresas agroindustriais e produtores agropecuários. Os dados apresentados no Quadro 1 ilustram a diversidade nacional dos adquirentes, os nomes dos grupos ou de seus representantes e as atividades ou os setores associados a que estão ligados. Também evidenciam claramente o fato de que estrangeiros e seus governos (via fundos soberanos) estão em processo de se tornarem donos do território nacional, de recursos naturais escassos e estratégicos para a alimentação (grãos, proteínas animais) e da produção de energia (biocombustível).

De acordo com as informações coletadas, os chineses preferem os setores de energia fóssil (petróleo) e reservas minerais, enquanto os demais — europeus, norte-americanos e argentinos —, terras para florestamento e produção de celulose e produção de grãos e bioenergia.

2.2 Quem são eles no Brasil?

Os grupos que estão comprando recursos naturais no País são basicamente constituídos por europeus (Reino Unido, França, Espanha e Portugal), asiáticos (chineses e coreanos), norte-americanos e argentinos. Institucionalmente, assumem a forma de fundos soberanos (governamentais), fundos de pensão, fundos

Quadro 1

Aquisições efetuadas, projetos de aquisição em andamento e intenções de aquisição nas áreas de recursos naturais, no Brasil — 2006-10

INVESTIDORES	BASE LEGAL	TIPO	PARTICIPANTES E OBSERVAÇÕES GERAIS
I - Terras para especulação (ou reserva de valor), produção agropecuária e bioenergia			
AG Agri Opportunity Fund	Alemanha	Fundo de investimento.	Controle da Aquila Capital, companhia de investimento alemã.
Agriculture Management Company (AMC)	Austrália	Empresa de investimento, administradora de pensões, heranças e ativos de pessoas de alta renda, preferencialmente do Reino Unido e do Oriente Médio.	Carthona Agriculture (Austrália). Rural Management Partners (Austrália). Great Pacific Company (América do Norte).
Agrifirma	Reino Unido	Empresa de investimento.	Jim Rogers (EUA) e Lord Rothschild's RIT. Capital (Reino Unido).
Farmland Fund	Holanda	Fundo de pensão.	APG Investment.
Bramdean Alternatives	Guernsey (Reino Unido)	Fundo especializado.	Elsina Ltd (Vincent Tchenguiz, Irã e Reino Unido). Hampshire County Council Pension Fund (Reino Unido). RMF Investment Management (Suíça).
BrasilAgro	Brasil	Empresa de investimento.	Cresud (Argentina). Tarpon Investment Group (Bermuda). Cyrela Brazil Realty (Brasil) e Elie Horn (Brasil).
Brazil Agrilogic	Estados Unidos	Empresa de investimento.	AgHoldings (EUA) e AgriLogic (EUA).
Brookfield Asset Management	Canadá	Empresa de investimento e de produção.	A operação brasileira da empresa é realizada pela Brascan Agric.
Calyx Agro	Argentina	Fundo de investimento.	Louis Dreyfus (França) e AIG (EUA).
Cazenave (CASA)	Argentina	Empresa de investimento e de produção.	Glencore (Suíça).
Clean Energy Brazil	Reino Unido	Empresa de investimento.	Numis (Reino Unido) e Templeton Capital Partners (Bahamas). Czarnikow Sugar (México) e Agrop (República Tcheca).
Cresud	Argentina	Empresa de investimento.	Participação de 15% na BrasilAgro.
Deutsche Bank	Alemanha	Empresa de investimento.	Controla fundos de investimentos na agricultura; no Brasil, investe na SLC Agrícola.
El Tejar	Argentina	Empresa de investimento e produção.	Altima Partners (EUA).
Grupo Iowa	EUA	Empresa de investimento e produção.	Parceria com a Cargill.
Chine Nat Agric Devel (CNADC)	China	Empresa estatal.	
South American Soy LL	EUA		Formado por produtores de soja dos EUA.
Galtere	Estados Unidos	Fundo Hedge.	
International Farmland Holdings (Adeco Agropec.)	EUA e Reino Unido	Empresa de investimentos agrícolas.	George Soros (EUA); Pampa Capital Management (Reino Unido); Halderman (EUA).
Pallas	China	Consórcio estatal privado.	Grãos para exportação e bioenergia.
Fundo Arion Capital	Espanha		Compra de 86% do grupo Maeda (maiores produtores de algodão, grãos e negócios com usinas de etanol).
Noble Group	China (Hong Kong)	Trading de commodities.	

(continua)

Quadro 1

Aquisições efetuadas, projetos de aquisição em andamento e intenções de aquisição nas áreas de recursos naturais, no Brasil — 2006-10

INVESTIDORES	BASE LEGAL	TIPO	PARTICIPANTES E OBSERVAÇÕES GERAIS
II - Madeira e celulose			
Asia Pulp & Paper (APP)	Indonésia/China		Planos de investir na produção de celulose.
Stora Enso	Finlândia	Empresa privada.	Compra de terras.
Phaunos Timber Fund	EUA	Fundo de investimento.	Companhia administrada pelo Four Winds Capital Management, que administra fundos de investimentos em <i>commodities</i> e recursos naturais.
RMK	EUA	Fundo de investimento.	
CPMC	Chile	<i> Holding</i> .	
III - Minério de ferro			
ECE	China	Empresa estatal (1).	Compra da mineradora Itaminas.
Wuhan Iron and Steel Corp.	China	Empresa estatal.	
CMI	China		Compra de mineradoras.
Steel do Brasil	Alemanha	Fundo de investimento.	Propriedade do fundo Metropolis Capital GmbH.
IV - Petróleo e gás			
Sinochem	China	Empresa estatal.	Compra de 40% do campo de petróleo de Peregrino que pertenciam à norueguesa Statoil.
Sinopec	China	Empresa estatal.	Investimento na construção de gasodutos para Petrobrás, compra de blocos para exploração <i>offshore</i> e compra da Repsol, que é a segunda maior inversão da petroleira no exterior. A Repsol é sócia de campos de pré-sal.
Petro China	China	Empresa estatal.	Interesse por ativos no petróleo e gás.
Sinopec e CNOOC	China	Empresa estatal.	Negociação para comprar 30% dos ativos da OGX Petróleo e Gás (Eike Batista).
CNOOC (China National Offshore Oil Company)	China	Empresa estatal.	Negociação com o grupo EBX (investimentos nos setores de infraestrutura e recursos naturais (Eike Batista).
V - Transmissão de energia			
State Grid	China	Empresa estatal.	

FONTE: JORNAL ESTADO DE SÃO PAULO, 2009 e 2010.

REVISTA SAFRA. Disponível em: <<http://www.revistasafra.com.br>>. Acesso em 13 set. 2010.

VALOR ECONÔMICO, 2009 e 2010.

<www.grain.org/biodiversidad/?id=467>.

(1) Totalmente com controle ou participação estatal.

3 O círculo que se fecha

Em artigos precedentes, relacionados à linha de pesquisa sobre a reestruturação do agronegócio brasileiro, ficou demonstrada a profunda e acelerada desnacionalização das empresas que compõem os vários segmentos da cadeia produtiva — via processos de aquisição e de fusão (Benetti, 2004; 2008; 2009).

O movimento englobou empresas do setor de alimentos — grãos, pecuária de corte de animais de grande e pequeno porte, laticínios e açúcar —, de produção de biocombustível e de etanol, de produção de pastas químicas para fabricação de papel e celulose, de distribuição da produção agroindustrial — grandes

mercados varejistas (supermercados) —, de insumos à agricultura — fertilizantes, sementes, máquinas e equipamentos — e de atividades de pesquisa. Faltava internacionalizar-se o último elo dessa cadeia. A terra — base sobre a qual se estrutura o agronegócio — precisaria passar às mãos de investidores estrangeiros. Isso é o que vem sucedendo, e, dependendo do avanço do processo, completa-se o ciclo de desnacionalização do setor.

Apêndice

Box A.1

Crescimento das economias emergentes nos períodos do *boom* e da crise econômica mundial e importância chinesa na balança de pagamentos brasileira

Tabela

Taxas de crescimento das economias do Brasil, da China e da Índia — 1991-2009

PAÍSES	1991-2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	2,6	1,2	5,7	3,2	4,0	5,7	5,1	-0,8
China	10,1	10,0	10,1	10,2	11,1	11,4	9,0	7,8
Índia	9,8	8,4	8,3	9,2	9,7	9,0	7,3	5,0

FONTE: UNCTAD. **TDR — Trade and Development Report: global report.** Genebra, 2009.

De 1991 a 2007, as economias dos gigantes Índia e China cresceram a taxas nunca inferiores a 8,3% a.a. e, mesmo durante e depois da crise de 2008, mantiveram-se consideravelmente altas, em especial o caso da China. Isso destoa bastante do ocorrido no Brasil, outro dos países constituintes do BRIC.

O comércio brasileiro com esses dois países vem ganhando importância. No ano de 2009, a China liderava o comércio exterior brasileiro, aparecendo como destino de 13,2% do valor total das exportações, participação esta superior à de 2008, quando era de 8,3%. Com isso, a China passou do terceiro para o primeiro lugar na lista dos maiores importadores do Brasil. A Índia, por seu turno, evoluiu do 39º lugar em 2008 para o nono no ano seguinte (Secex, MDIC).

Observe-se que, desses 13,2% do valor total das exportações direcionadas à China, 8,7% correspondem a vendas de minérios de ferro e de soja em grão. As pastas químicas de madeira (celulose) ocupavam o quarto lugar nas vendas para aquele país e já representavam 0,72% do total das exportações brasileiras. São todas mercadorias de baixo valor agregado, verdadeiras matérias-primas, que o Brasil vem colocando no mercado chinês para seu ulterior processamento. É interessante também se notar que a recessão mundial derrubou os preços das *commodities* primárias, processo do qual se beneficiou enormemente a China, uma vez que as quantidades físicas das matérias-primas importadas continuaram em expansão, com esta pagando menos por unidade comprada no Brasil.

Os dados indicam que a demanda chinesa por matérias-primas vem sendo suprida pelo Brasil, o que explica o interesse desse país pelos recursos naturais brasileiros (ver, a esse respeito, o Quadro 1).

Referências

BANCO MUNDIAL. **Rising global Interest in Farmland: can it yield Sustainable and equitable benefits?** Washington, DC, 2010. Disponível em: <<http://www.donorplatform.org/component/>>.

BENETTI, Maria D. **Globalização e desnacionalização do agronegócio brasileiro no pós 1990.** Porto Alegre: FEE, 2004. (Documentos FEE, n. 61).

BENETTI, Maria D. Indicadores da formação de uma plataforma exportadora de celulose no rio Grande do Sul. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 35, n. 3, p. 7-20, fev. 2008.

BENETTI, Maria D. A internacionalização recente da indústria de etanol brasileira **Indicadores Econômicos FEE**, v. 36, n. 4, 2009.

CAMPANHA NACIONAL PELO LIMITE DA PROPRIEDADE DA TERRA. Disponível em: <<http://www.limitedaterra.org.br/noticias.php>>. Acesso em: 13 set. 2010.

CAMPANHA NACIONAL PELO LIMITE DA PROPRIEDADE DA TERRA. Disponível em: <<http://www.limitedaterra.org.br/noticias.php>>. Acesso em: 29 jul. 2010a e 04 out. 2010a.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**: Brasil, grandes regiões e unidades da Federação. Rio de Janeiro, 2009.

STATISTIC DATABASE. WTO. In: PRICE STAT. Disponível em: <<http://faostat.fao.org>>. Acesso em: set. 2010.

UNCTAD. **TDR — Trade and Development Report**: the global food crisis. Genebra, 2008.

UNCTAD. **TDR — Trade and Development Report**: global report. Genebra, 2009.

